



A ESCOLA COMUM INCLUSIVA: DIVERSIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Diego Robert Oliveira Marques¹
Wellington Alves Silva²

RESUMO: O presente Artigo tem como finalidade precípua a análise do tema “A escola comum inclusiva: diversidade e inclusão de alunos público alvo da educação especial”, com ênfase na inclusão escolar de alunos com deficiência. Tal abordagem é, de fato, importante para a realidade contemporânea, especialmente por representar hoje uma questão que demanda maior atenção, dada a necessidade de se atender à diversidade em todas as suas formas, o que compreende os alunos com deficiência e sua inserção na dinâmica escolar do país. Nesse sentido, a reflexão inicial reside na forma que as escolas têm trabalhado a inclusão desse público, considerando que o ambiente escolar no Brasil carece não só de melhorias em sua estrutura física, mas funcional, para promover um atendimento diferenciado a alunos nessa condição. O acolhimento às pessoas com deficiência, portanto, requer que a escola se torne efetivamente uma Instituição completa, com profissionais preparados para receber todos os alunos independente de sua condição especial. A efetividade de se atender à diversidade nas escolas e de preparar os atores que ali atuam não só representa um avanço na realidade social do país, mas a observância da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: Inclusão. Diversidade. Contexto Escolar

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar configura-se como um aspecto de extrema relevância na sociedade atual. Envolve não só a esfera da abrangência de determinado público no ambiente escolar, mas atenção à diversidade e suas especificidades, em um momento que a transformação social se faz imperiosa, sob diversos aspectos da vida humana.

No Brasil, existem ainda inúmeros entraves que tornam a inclusão e a diversidade pontos que necessitam ser melhor abordados e, conseqüentemente, melhor trabalhados, na medida em que não há, no

¹ Pedagogo, especialista em Psicopedagogia Institucional com Ênfase em Educação. E-mail: dyegorobert@gmail.com

² Pedagogo, especialista em educação especial/AEE, aluno do Programa de Pós graduação Mestrado em Educação – UERR. E-mail: maverickrr@hotmail.com



contexto escolar, um tratamento minucioso para atender tal demanda de maneira satisfatória.

A promoção da educação, hoje, não consiste apenas em estruturar o processo de ensino-aprendizagem para os alunos desde as séries iniciais até a conclusão de um nível superior, mas viabilizar as condições necessárias para que alunos em condições especiais possam fazer parte de um espaço que lhes possibilite o aprendizado e a inserção em todos os grupos de forma igualitária. As Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica, ao tratar do tema da inclusão, assim dispõe:

Construir uma sociedade inclusiva é um processo de suma importância para o desenvolvimento e preservação de um Estado democrático. Entende-se por inclusão o direito, a todos, do alcance continuado ao lugar comum da vida em comunidade, comunidade essa que deve estar orientada por ações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (Diretrizes Nacionais de Educação Especial para Educação Básica. (BRASIL, 2001, p. 13).

De acordo com o texto, a inclusão configura-se como um processo de extrema relevância, na promoção de direitos que deve ser direcionado a todos, sem distinção, e organizada de maneira que haja o acolhimento à diversidade humana, e principalmente, respeitando a condição peculiar das diferenças individuais de cada um para seu pleno desenvolvimento.

A inclusão, então, como um processo de integração, traduz a efetivação não só da escolarização dos alunos com necessidades especiais, mas conceber a estruturação de uma educação que se baseie nas necessidades educacionais de cada indivíduo, garantindo-lhes direitos em todas as suas formas.

É importante compreender o significado do termo “inclusão”, e como bem define Guijarro, 2005, “representa um movimento vasto, distinto de integração, onde se objetiva a mudança da educação considerada comum para dirimir os entraves que acabam por limitar a aquisição de conhecimentos e a participação destes alunos na escola”.

Logo, a inclusão importa a integração de pessoas em determinados ambientes, considerando a peculiaridade de cada característica humana sua,



como condição física, raça, gênero, ou qualquer outro aspecto que possa resultar em algum tipo de exclusão.

O ambiente escolar é um espaço que desempenha expressivo alcance tanto no aspecto intelectual como na construção da cidadania do indivíduo, o que acaba por influenciar na formação da sua personalidade. Logo, sua identidade é estabelecida por meio das condutas, maneiras de conviver em grupo e os costumes aos quais ele está atrelado, modificando assim a convivência entre ele e seus pares, construindo-se referências de vida e de experiências. Dessa forma, todos somos parte de um padrão econômico capitalista que incita a competitividade e a acumulação de bens materiais, o que nos move pelo anseio de buscar melhorias e, nesse contexto, a inclusão e a diversidade se tornam aspectos sociais imprescindíveis. (GOMES, 1999)

Entende-se, portanto, que esse ambiente escolar é, de fato, o espaço físico em que o indivíduo se desenvolve, de forma que não só forma sua identidade, mas propicia o amadurecimento das relações familiares e sociais. Em que pese a essencialidade da promoção de um ambiente que promova inclusão, em especial nos dias atuais, e onde a diversidade encontra-se muito latente na sociedade, a escola acaba sendo esse espaço de transformação, contudo, que precisa ser melhor trabalhado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional institui alguns princípios em que se destaca de forma muito clara a questão da inclusão, como se segue:

Como princípio político, a inclusão é enfatizada pela sua abrangência a diferentes grupos excluídos, o que a torna um processo social que busca favorecer parcela da população, geralmente desfavorecida, social e economicamente. Na economia, esse discurso é meio para diminuir as diferenças originadas pelo poder econômico de cada grupo social. De acordo com o Plano Nacional de Educação – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, capítulo V da Educação Especial, artigo 58, define Educação Especial como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Subentende-se que nesse “todas” estejam incluídos os educandos com necessidades educacionais especiais ou, mais especificamente, as pessoas com deficiências ou altas habilidades. (BRASIL, 1996.)

Na dinâmica da abordagem da LDB, trata-se da inclusão como a temática de determinados grupos excluídos, e a inclusão se torna um efetivo



processo de favorecimento a indivíduos nessa condição. Os movimentos sociais, nesse diapasão, têm um importante papel, na medida em que busca trabalhar no sentido de propiciar o mínimo de direitos sociais inerentes ao homem.

Logo, quando se fala em educação especial, constata-se a relevância do alcance desta, uma vez que configura-se como uma modalidade que abrange todos os níveis da educação nacional, e não apenas as séries iniciais.

As diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica de 2001, prevê a Educação Especial da seguinte forma:

Educação Especial: Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001a, p. 39.)

O apoio, a complementação e implementação de uma estrutura que atenda às necessidades educacionais especiais são pilares que compõem a modalidade da educação especial no Brasil, para a promoção de direitos intrínsecos à pessoa humana nesse contexto, e o desenvolvimento de suas habilidades dentro de suas capacidades individuais.

Sabendo-se que a educação tem um papel determinante para a sociedade como um todo e para o próprio desenvolvimento do país, há de se refletir como pode ser possível a transformação social através de sua aplicabilidade, e quais os instrumentais podem ser utilizados para que ela se estabeleça não só como uma oferta de ensino de qualidade em diferentes níveis, mas em particular, na educação especial, com a observância da concretização da inclusão e o respeito à diversidade.

A educação, então, objetiva não só a promoção de conhecimento, mas também a ascensão de valores que serão levados para o resto da vida, exercendo um papel fundamental para a formação humana.

Henriques², ao tratar da educação inclusiva, assim elucida:



Escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada, para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (HENRIQUES, 2012, p. 09.)

De acordo com o que destaca o autor supracitado, há, na escola inclusiva, inúmeros aspectos que tornam o ensino um pilar significativo da vida humana, garantindo não apenas a aquisição de conhecimentos, mas o reconhecimento das potencialidades de cada indivíduo, o que só é possível se o espaço escolar corresponder a um ambiente organizado e considerar todas as peculiaridades dos alunos ali atendidos.

Dessa forma, o contexto escolar está diretamente acoplado à comunidade que o compõe, tornando-se indispensável a compreensão de que o sistema contemporâneo de ensino necessita de uma maior estruturação para atender a todas as demandas relacionadas à diversidade de público.

O que se verifica, então, é que não existe um aparelhamento eficaz nas instituições de ensino, no atendimento a alunos com necessidades especiais, tão pouco na recepção e acolhimento dos aspectos inerentes à diversidade, que têm sido cada vez mais presentes na realidade atual. Ambrosetti ao explanar sobre o tema, assim dispõe:

Trabalhar com a diversidade não é, portanto, “ignorar as diferenças ou impedir o exercício da individualidade”. Pelo contrário, esse trabalho envolve o favorecimento do diálogo. Neste sentido, constitui imperativo “dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e na solidariedade. (AMBROSETTI, 1999, p. 92.)

O trabalho do reconhecimento e observância da diversidade, especialmente nas escolas, se perfaz embasado na promoção do diálogo, como bem destaca o autor, e vai além, na medida em que abre espaço para que haja uma construção que priorize não a parte individual de cada conjuntura, mas sua coletividade, ultrapassando as barreiras das diferenças e propiciando o reconhecimento à igualdade.



No Brasil, a sociedade é, desde o início, formada por uma diversidade étnica e cultural, o que representa desde sempre o pluralismo de realidades e condições da vida do homem, que devem ser expandidas até o espaço escolar, no sentido de se reconhecer, de fato, os grupos sociais de forma distinta, e não homogênea.

Procedimentos Metodológicos

O presente artigo teve como base metodológica para sua elaboração a pesquisa bibliográfica, de acordo com o método qualitativo, através do qual será possível a obtenção de informações que compreendam diversas abordagens teóricas sobre o assunto em análise. O conteúdo se baseará em aspectos qualitativos.

No que tange à pesquisa bibliográfica, e de que forma ela é realizada, Fonseca alude:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32.)

Já sobre a pesquisa qualitativa, Creswell ressalta:

Os pesquisadores qualitativos podem escolher entre cinco abordagens de pesquisa: a narrativa, a fenomenologia, a etnografia, o estudo de caso e a teoria baseada nos dados. Para os pesquisadores que pretendem “estudar pessoas”, o autor sugere a narrativa ou a fenomenologia como as mais adequadas. “A pesquisa fenomenológica usa a análise de declarações significantes, a geração de unidades de significado e o desenvolvimento de uma descrição da” essência”. (CRESWELL, 2007, p. 188.)

Segundo o autor, a pesquisa qualitativa pode ser utilizada sob diversas vertentes, as quais permitem que o desenvolvimento do trabalho se solidifique de forma mais ampla, efetivando conceitos e dados que corroborem a importância do tema em apreciação e seus desdobramentos. Tanto o método de pesquisa bibliográfica como a citada pesquisa qualitativa dão maior



sustentação às alegações doutrinárias e legais ao tema, enriquecendo o conteúdo em toda sua extensão.

Análise da discussão e resultados

O tema ora abordado é reconhecidamente relevante para a sociedade atual, especialmente quando se constatam as questões de multiplicidade dos diferentes grupos pertencentes à comunidade em geral. Não só no Brasil, mas na maior parte dos países do mundo, o processo educacional vem ao longo dos anos ganhando novos contornos.

Com a evolução da sociedade, das novas formas de se relacionar e dos desafios impostos, principalmente em países em que a educação ainda carece de melhorias significativas, como no Brasil, a questão da inclusão se torna mais latente, e necessidade de uma organização mais acentuada, dada a complexidade dessa realidade. Quando se fala em inclusão, e seu contexto no âmbito escolar, é importante que se considere não apenas a promoção de uma educação básica, mas uma educação inclusiva, que atenda às reais necessidades daqueles alunos que apresentem tal demanda de atendimento.

A denominada escola inclusiva, então, corresponde a uma escola comprometida em proclamar e observar todos os direitos inerentes à diversidade. Para que seja possível essa promoção de direitos, o ambiente escolar deve contar com profissionais não só capacitados, mas envolvidos com a causa, de maneira que haja uma positiva contribuição na vida escolar desse público. A escola, assim sendo, tem o dever de se organizar e se estruturar para receber alunos que necessitem de especial atenção, e além disso, saber lidar e respeitar suas diversidades.

Monteiro e Manzini, ao abordarem o tema, assim dispõem:

As ações de um indivíduo têm como base uma concepção que foi desenvolvida dentro de um processo histórico, sendo assim, pode-se dizer que o conceito que se tem de algo direciona a prática, ou ainda, determina as atitudes. Portanto, em se tratando da temática inclusão de alunos com deficiência em salas de aulas de ensino regular, as atitudes do professor em relação ao ensino desse aluno estariam diretamente ligadas ao seu conceito de inclusão. (MONTEIRO e MANZINI, 2008, p.35.)



Para uma educação inclusiva, os profissionais da Educação carecem de uma melhor formação, específica na área, como bem destaca Oliver, nos termos seguintes:

A necessidade de formação dos professores para educação inclusiva e a falta de preparo para assumir a responsabilidade de promover a aprendizagem e participação de alunos com necessidade educacionais especiais, já foi estudada por diversos autores (...) Tais autores, constataram as dificuldades e falta de preparo dos professores para promover a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a necessidade da formação continuada para atender à diversidade das experiências e demandas dos estudantes em sala de aula. Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade. (BRIANT; OLIVER; 2012, p. 142.)

Nesse sentido, é clara a necessidade de uma inovação na prática dos professores que atuam junto a esse público, para que torne possível a promoção da inclusão de forma efetiva. Essa inovação inclui não só a busca por aperfeiçoamento na área, mas a criação de métodos que correspondam às metodologias que envolvem toda a dinâmica da inclusão e da própria diversidade.

Em que pese a singularidade da formação do profissional da Educação, as normas contidas no bojo das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica assim definem:

Professores capacitados para cada situação: professores capacitados para classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, tiveram acesso a conteúdo sobre Educação Especial adequado para: perceber as necessidades dos alunos e valorizar a educação inclusiva; flexibilizar a ação pedagógica de modo adequado às necessidades de aprendizagem; avaliar a eficácia do processo e atuar em equipe, inclusive com professores especializados em Educação Especial compreensão das singularidades de seus alunos e do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2001, p. 59.)

Assim, percebe-se que a escola detém uma conjuntura social múltipla, que abarca distintas realidades. Essa multiplicidade social acaba por esbarrar em questões como disparidades e preconceitos, o que influencia negativamente na vida desses alunos em situação especial. Logo, imperiosa a análise no sentido de se trabalhar diferentes formas de abordagens e



tratamento, de modo que se possa promover, de fato, um atendimento que supra as necessidades desses indivíduos.

Ferreira 2006, explica que foi inserido no cenário nacional educacional, mais especificamente na década de 90 um conjunto extenso de reformas voltadas à estrutura da educação no país, infundidas e orientadas por mecanismos internacionais e qualificadas pelo projeto da Educação para Todos. Conseqüentemente a isso, surge também pilares no processo de transformação na estrutura da Educação Nacional, representados por documentos que passaram a referenciar o processo de reflexões e mudanças, através de discussões e legitimação de políticas públicas de sufrágio à inclusão das pessoas com deficiência nas escolas.

Além disso, ampliou-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma das legislações pertinentes à Educação no Brasil, o número de alunos com necessidades especiais, o que modificou significativamente o cenário escolar do país.

A inclusão, assim, é um aspecto que vem crescendo e se desenvolvendo cada vez mais ao longo dos anos, com o objetivo característico de se estabelecer nos estabelecimentos educacionais o ideal de combate à não exclusão, seja ela em que aspecto for, ressaltando-se que a não exclusão escolar dos alunos deficientes se perfaz no sentido de garantia ao acesso ao ensino de maneira igualitária.

O termo inclusão, empregado em distintas conjunturas, em alusão a demandas sociais variáveis nada mais representa uma inserção social de pessoas que passam por qualquer situação de exclusão, independentemente do contexto social ao qual estão atrelados, podendo ter como fatores determinantes a condição socioeconômica, ou questões de gênero, raça, ou deficiência.

A questão da interação é fator que há muito tempo acompanha a história da Educação nacional, e sempre buscou-se a inserção de pessoas com necessidades especiais para realmente aproximá-los dos demais alunos e abrir espaço para a inclusão.

Sanchez afirma que a filosofia da inclusão assim se apresenta:



A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). (SÁNCHEZ, 2005, p. 9.)

Já no que se refere à diversidade, o termo é oriundo da palavra “*diversitate*”, de procedência latina, com significado de distinção, diferença. Com isso, verifica-se, portanto, que a prática de atos de discriminação ainda prevalece em determinadas situações, e baseado nisso, foram sendo desenvolvidos estudos que corroboraram tal afirmativa no contexto conceitual histórico, (FERREIRA, 2010).

Destaque-se que, no contexto contemporâneo, a escola detém em seu arcabouço um aparelhamento histórico e cultural de atendimento a crianças especiais, onde já se via, a tempos, a questão da exclusão. Contudo, com a criação de leis que tratassem dessa temática, passou-se a amenizar tais questões, passando a criança e adolescente nessa condição a ter seus direitos garantidos legalmente.

Isso na prática acabou por contribuir de forma positiva para a luta por uma educação igualitária, como já mencionado, e essa promoção de igualdade vai muito além de apenas incluir determinados indivíduos em grupos sociais, mas garantir a própria dignidade da pessoa humana e suas especificidades, princípio basilar da nossa legislação maior. Sobre a pretensão de se efetivar uma escola inclusiva, Machado³ assim elucida:

Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças. Portanto, compreende-se que o processo de inclusão dentro da escola depende das inovações que ocorrerão daqui para frente no que diz respeito à escola, ao aluno especial, à família, ao professor e a todas as pessoas que fazem parte deste processo. Por essa razão, muito já se discutiu e muito certamente há o que se discutir sobre a inclusão escolar, pois a sociedade, de certa forma, resiste em perceber as mudanças que estão ocorrendo, o que implica em dificuldade em processar tais mudanças em sua prática social. Contudo, não podemos (e nem devemos) perder a esperança, mas buscar meios para que um dia a família, a escola e a mídia - em um futuro bem próximo - interajam de forma clara e perspicaz em prol da inclusão das pessoas com deficiência. (MACHADO, 2009.)



Subentende-se da fala do autor que é imprescindível a elaboração de uma redefinição que se volte à educação de forma integral, e que essa redefinição passe a dirimir de fato as mazelas causadas pelo preconceito. Enfatiza ainda que o processo de inclusão não se direciona somente ao aluno em condição peculiar, mas à sua família e aos atores que atuam nesse processo. Nesse passo, a interação entre escola, família e sociedade se torna um pilar na busca pela educação inclusiva.

Esse padrão integrador, na prática, não apresentava inicialmente um comprometimento com o objetivo de desenvolver as capacidades desses alunos, tão pouco a promoção de um ensino que despontasse caminhos para uma melhor aprendizagem, a integração exclusivamente almejava que o sujeito se adaptasse à escola, tirando dela os conhecimentos básicos que a instituição conseguisse passar, (PIETRO, 2006).

Nessa esteira, entende-se que o ambiente escolar exerce sobremaneira grande influência na vida de cada um, como bem afirma Gomes, na exposição que se segue:

O ambiente escolar é um local que exerce influência intelectual e cidadã sobre um indivíduo, vindo a afetar a formação da identidade dos alunos. Identidade a qual é definida pelos comportamentos, atitudes e costumes de um indivíduo e se modifica com a convivência entre sujeitos, ou seja, se constrói tendo o outro como referência, no entanto, podemos observar que não é bem assim que as coisas funcionam, pois somos integrantes de um modelo econômico capitalista que estimula a competitividade e o acúmulo de bens materiais. Logo, somos movidos pelo desejo de sermos sempre melhor do que o outro, o que nos leva a obcecação de que devemos nos posicionar em um patamar sempre acima do outro indivíduo. (GOMES, 1999).

Como já afirmado, o ambiente escolar exerce sim muita influência sobre a vida das pessoas, desde sua iniciação escolar até seu mais alto grau de formação. Com isso, a convivência e os aprendizados ali obtidos se tornam parte da construção da identidade do ser humano, por isso quando se fala em se ter um olhar mais atencioso para a questão da inclusão, isso significa dizer que é necessário valorizar toda e qualquer característica humana, e quando se trata de alunos com necessidades especiais esse olhar precisa ser mais minucioso.



Toda a análise até aqui proposta demonstra que, de fato, muitas mudanças carecem ser aplicadas na sociedade atual. Dentro do contexto da escola, importante frisar que o professor, o diretor, o cuidador e todos os demais atores que ali atuam são parte de um processo de inclusão cada vez mais significativo.

E não só isso, a família tem um papel fundamental, pois é lá que a criança nessa condição especial tem seus primeiros passos de entendimento e de respeito à essa condição. A diversidade também necessita ser melhor abordada e melhor trabalhada, considerando-se que a sociedade contemporânea ganha cada dia mais indivíduos em múltiplas realidades pessoais e que determinam sua convivência na comunidade na qual estão inseridos.

A questão da diversidade ainda é vista, por uma considerável parcela da sociedade, com preconceito e discriminação. Nos últimos anos, contudo, têm-se constatado que em meio a essa triste realidade, já há por parte do legislador e de todos os atores envolvidos no processo uma maior preocupação em propiciar não só respeito à diversidade, seja ela em que sentido for, mas na promoção de direitos que antes não eram efetivados.

Considerações Finais

Diante de tudo que fora apresentado e analisado até aqui, foi possível compreender que a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais configura-se como um assunto de ampla importância no cenário da sociedade atual. Ganha maior força na medida em que é visível a necessidade de se atender demandas específicas concernentes à condição individual de cada pessoa.

Todo ser humano é detentor de direitos, e todo direcionamento legal e prático parte do pressuposto fundamental da observância à dignidade da pessoa humana, e da garantia de que a todos devem ser assegurados os direitos e garantias fundamentais enraizados na Constituição Federal, nosso maior pilar.



Tratando-se das pessoas com necessidades especiais, nota-se que, em nosso país, apesar do avanço das legislações voltadas a esse público nos últimos anos, ainda há uma grande carência de políticas públicas que atendam as reais necessidades, e além disso, mais especificamente no âmbito escolar, essa carência se torna ainda mais expressiva.

Todos têm direitos às mesmas oportunidades, e nesse passo, ao adentrarmos a análise da esfera de atenção às pessoas com necessidades especiais e ao contexto da diversidade no Brasil, constata-se que muito ainda há que se desenvolver em relação à promoção de direitos a essas pessoas.

As formas de integração existentes no contexto escolar contemporâneo, no que se refere aos temas trazidos para análise nessa produção, avançaram ao longo do tempo, entretanto, há inúmeros aspectos que precisam ser trabalhados de forma que se encontre um padrão de atenção a esses indivíduos para seu pleno desenvolvimento escolar e social.

As escolas, tendo um papel determinante nessa conjuntura, torna-se um instrumento através do qual o Estado passa a promover direitos, e devem se estruturar cada vez mais para atender essas demandas que crescem significativamente, além de buscar capacitar seus atores para o trabalho com eles.

Sendo um espaço não apenas de aquisição de conhecimentos teóricos específicos, a escola deve se tornar um espaço que possibilite que as pessoas nessa condição possam desenvolver habilidades e acima de tudo, o exercício da cidadania, para que a tão mencionada integração se efetive.

Soares, 2003, afirma que a escola tem como função basilar estimular as diferenças e dar sentido e oportunidades para a produção de conhecimentos em níveis distintos de aprendizagem. Com isso, pensar na escola como um espaço que efetivamente oportunize essa organização, e vá além, considerando e valorizando a diversidade como parte do processo social vigente, ela passa a dar maior concretude à integração.

Outro ponto importante é a política curricular atual, que requer uma transformação no sentido de incluir a abordagem da inclusão e da identidade em suas diferentes formas. Como um aluno que faça parte desse contexto será recebido e poderá se desenvolver no espaço escolar, se não existe previsão



curricular para que os professores e demais atores da Educação possam lhe prestar um atendimento satisfatório?

Todas essas questões pontuadas até aqui fizeram parte do objetivo precípuo desse desenvolvimento, na medida que tratam-se de temas de extrema relevância para a realidade social e atual de nosso país. A contribuição de todos para uma educação inclusiva e o respeito à diversidade é, hoje, uma imperiosa obrigação, para que a igualdade e a dignidade sejam agenciadas em todas as suas dimensões.

O arcabouço histórico desse contexto no Brasil demonstra que a inclusão e a diversidade são uma realidade social que aos poucos ganharam espaço e um olhar mais atencioso por parte de todos. Contudo, muito ainda há que se fazer para que escola, família e sociedade possam acolher tal realidade da forma que realmente deve ser acolhida.

Logo, o estudo se deu no direcionamento da visão histórica, mas considerando o que de mais importante tem se observado em toda essa dinâmica institucional e social voltada aos alunos com necessidades especiais e à própria diversidade. Como os professores têm se posicionado e se preparado para esse reconhecimento e posterior prestação de um atendimento que garanta o mínimo de dignidade a eles.

Além disso, não só o corpo escolar que atua em casa escola espalhada pelo Brasil, mas a estrutura física que atenda essas necessidades também ainda é precária em sua maioria, o que demonstra o despreparo para esse atendimento, configura, portanto, outra questão a ser repensada e reestruturada.

Por fim, reconhece-se na inclusão uma promoção de direitos e de garantia à dignidade da pessoa humana, e quando se trabalha com respeito e atenção adequada a diversidade, mais uma vez se efetiva o que nossa Carta Magna propõe, a isonomia de direitos e o bem estar de todos que deve ser promovido pelo Estado, independente da condição de cada ser humano.

A escola, a família e a sociedade em geral têm força e poder para mudar essa realidade, que já apresenta melhorias, mas carece de maiores transformações para não só dar identidade a cada um de seus alunos, mas de propiciar seu desenvolvimento pleno dentro e fora das escolas.



Referências

AMBROSETTI, N.B. **O “Eu” e o “Nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula.** In: Pedagogias das diferenças na sala de aula. Marli André (org.). São Paulo. Editora Papirus, 1999.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** MEC: SEESP, 2001.

BRIANT, Maria Emília Pires and OLIVER, Fátima Corrêa. **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações.** *Rev. bras. educ. espec.* 2012, vol.18, n.1.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: **métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, J.R. **Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras.** In: Inclusão E Educação - Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva. David Rodrigues (org.). São Paulo. Editora Summus, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e diversidade cultural: refletindo sobre as diferenças presentes na escola.** 1999. Disponível em: www.mulheresnegras.org/nilma. Acesso em: 13 de abr 2019.

GUIJARRO, Maria Rosa Blanco. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília: Seesp, 2005.

HENRIQUES, R. M. **O Currículo Adaptado na Inclusão de Deficiente Intelectual.** 2012. Disponível: < www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/489-4.pdf > Acesso em: 17 de Mai. 2019.

MACHADO, Rosângela. **Educação especial na escola inclusiva: Políticas Públicas, paradigmas e práticas.** São Paulo: Cortez, 2009. (Escola Inclusiva o Desafio das Diferenças)



MONTEIRO, A. P. H; MANZINI, E. J. **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe.** Rev. bras. educ. espec. vol.14 no.1 Marília Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000100004. Acesso em 10 jul 2019.

PIETRO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre políticas públicas de educação no Brasil.** Ed Sumus, 2006.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos os no século XXI.** BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Inclusão: Revista da Educação Especial. Ano I. nº 01. Outubro/2005. Brasília: MEC/SEESP.

SOARES, M. B. (2003). **Língua escrita, sociedade e cultura: Relações, dimensões e perspectivas.** São Paulo: Revista Brasileira de Educação.